RELIGIÃO COMO SUPRAESTRUTURA E COMO INFRAESTRUTURA: COMO FICA A LIBERDADE DE RELIGIÃO?

Hugo Allan Matos*

INTRODUÇÃO

Falar de religião em início de século XXI, estando em região metropolitana, no Brasil, é tarefa desafiadora e em demasiado complexa. E tanto o desafio, quanto a complexidade surgem devido ao contexto de tantas religiões, igrejas, movimentos e correntes religiosas[1] disputarem seu espaço, sobrevivência – e fiéis – com a aparente secularização presente na cultura *ocidental* globalizada.

A abordagem deste artigo será realizada a partir de uma interpretação do tema proposto: *liberdade de consciência e de religião.* Mostraremos uma definição do conceito de religião, e a partir dele, faremos a reflexão, dentro dos limites de espaço cedidos aqui na revista. Pelo mesmo motivo, o recorte teórico será muito direto, tentando, ainda assim, mostrar a complexidade da questão.

Deixo claro que além de realizar esta reflexão a partir do lugar e tempo relatados, a orientação, com certeza, penderá para uma visão judaico-cristã-católica,[2] que é a minha formação religiosa.

* Mestre em Educação, Pós-graduado em História e Filosofia Contemporânea, licenciado em Filosofia. Docente do Curso de Pós-graduação em História do Pensamento Político e Social (UNIFAI), Curso de Filosofia (UMESP), Curso de Pedagogia (UNIESP) e da rede estadual de educação básica. Militante na APROFFESP e na APEOESP. Contato: hugo.allan@gmail.com

1 É importante exemplificarmos: religiões: cristianismo, judaísmo, islamismo, umbanda, candomblé, etc. Dentro de cada uma das religiões, existem diferentes leituras, interpretações que geram igrejas, movimentos, instituições, correntes religiosas... A partir de agora, quando escrito apenas religiões, considere nesta amplitude.

2 Apesar de ser uma leitura a partir da perspectiva de libertação, ainda catolicismo.

Em itálico estarão conceitos essenciais e expressões, ficando entre aspas citações diretas com três linhas ou menos. A nota de rodapé será utilizada para referências secundárias, interlocuções e comentários.

É importante salientar a intenção de contemplação de gêneros, de simplificação na linguagem, visando facilidade de acesso-identificação. Além da posição contra qualquer hermetismo e academicismo filosóficos. Por isso, apenas constam em referências as obras realmente utilizadas neste artigo. De minha parte, comprometo-me numa opção ético-política, que penso essencial ao fazer filosófico, trazendo com seriedade a esperança de nestas poucas linhas colaborar na formação de consciências para o combate do *status-quo* e conscientização para uma transformação social possível.

O QUE É RELIGIÃO?

Em princípio, escrever sobre a *liberdade de religião* e a respeito de *liberdade de consciência* pode sugerir a abordagem a partir do direito. Entretanto, queremos fazê-lo aqui, a partir de uma perspectiva anterior, qual seja: o significado de religião, numa perspectiva filosófica. Tratar de um conceito de religião na perspectiva supraestrutural e infraestrutural garantirá elementos críticos que permitirão não cair numa comum e perigosa generalização de tratar a religião como algo unívoco, por exemplo, *ópio do povo*.

Abstratamente, podemos aceitar a clássica definição de que a religião é um religar – *religare* – o ser humano à realidade divina. Mas é necessário que mostre algumas implicações neste conceito.

O ser humano que se percebe material e *jogado* à fatalidade histórica, ao deparar-se com a morte, sua finitude, finitude das coisas e de outras pessoas, é capaz de questionar-se a respeito do *sentido da vida*. Esse questionamento é, podemos dizer, a chave que religa o ser humano ao mundo *metafísico*. Nega-se a acreditar que é fruto de uma evolução biológica, do acaso, somatório de possibilidades genéticas.

O conceito central aqui, que pode definir a religião ou a necessidade religiosa, é a *busca de um sentido para a vida*. A meu ver, o melhor relato sobre esta busca:

> (...) é algo que se experimenta emocionalmente, sem que se saiba explicar ou justificar. Não é algo que se construa, mas algo que nos ocorre de forma

> inesperada e não preparada, como uma brisa suave que nos atinge, sem que saibamos donde vem nem para onde vai, e que experimentamos como uma intensificação da vontade de viver ao ponto de nos dar coragem para morrer, se necessário for, por aquelas coisas que dão à vida o seu sentido. É uma transformação de nossa visão do mundo, na qual as coisas se integram como em uma melodia, o que nos faz sentir reconciliados com o universo ao nosso redor, possuídos de um sentimento oceânico (ALVES, 1996, p. 122-123).

Podemos sentir ou crer em qualquer coisa, sem que haja regras, normas, leis que pautem nossos sentimentos e crenças. Mas esta *liberdade de consciência*, que o artigo 5º de nossa Constituição garante, mas não é sua função, deve ser problematizada, ao sabermos que nossos sentimentos pautam nossas ações e influenciam nossa visão de mundo. Assim, é importante a ciência de que:

> ...O escândalo começa quando a religião ousa transformar tal sentimento, interior e subjetivo, numa hipótese acerca do universo. Podemos entender as razões por que o homem religioso não pode se satisfazer com o pássaro empalhado. A religião diz: "o universo inteiro faz sentido" (Ibid. p. 123).

E ao afirmar, ainda hoje, que o universo inteiro faz sentido, geralmente, surge a necessidade de justificativas, pois se compreendermos as religiões como *aparelhos ideológicos de Estado*, como Althusser,[3] ou algumas interpretações da ideia de religião em Marx,[4] toda e qualquer religião não tem nada de relevante para estes tempos de crise moderna.[5]

Parte da corrente filosófica dita *pós-modernidade* resultou em muitas manifestações culturais e é guardiã da ideologia do fim das instituições, dos conceitos, da identidade e, portanto, do sentido de qualquer coisa, inclusive da vida. Não merece aqui, muito espaço, por não ser esta a discussão central,

[3] Em sua obra: *Ideologia e Aparatos ideológicos de Estado*. Dependendo da versão e/ou idioma, troca-se aparatos por aparelhos.

[4] Como a interpretação de que a frase de Marx "a religião é o ópio do povo" queira negar totalmente toda religião, o que não é verdade. Se interessar pelo assunto, leia o ensaio de minha autoria: *O ateísmo de Marx e dos profetas de Israel*, disponibilizado em meu blog pessoal: http://hamatos.wordpress.com

[5] Na própria modernidade, a religião como explícita é negada, de alguma forma, apesar de ser a base para muitos genocídios, como veremos adiante.

mas faço a leitura de que este discurso filosófico serviu para reafirmar e renovar bases da modernidade, por outros caminhos. Para a manutenção do *status-quo*. E tanto o discurso de racionalização da modernidade, quanto uma pretensa irracionalidade pós-moderna, tiveram uma influência grande na concepção que se tem acerca das religiões, discurso que resultou em uma aparente secularização[6] e real esvaziamento das igrejas, sobretudo na Europa.

Se o universo e a vida têm sentido, o que justifica a aparente falta de sentido? Ou seja, se assumimos que para a pessoa religiosa, tudo tem uma ordenação divina, sagrada e, portanto, *tudo concorre para o bem*[7] e este sentimento é uma concepção de mundo, que deve pautar suas ações, como a pessoa religiosa percebe o mal? Alves diz:

> ...A gente sente que aqui se encontra algo profundamente errado, eternamente errado, errado sempre, sem atenuantes, do princípio dos mundos até o seu fim. E sentimos igual quando pensamos nos torturados, nos executados, nos que morrem de fome, nos escravizados, nos que terminaram seus dias em campos de concentração, na vida animal que é destruída pela ganância, nas armas, na velhice abandonada... E poderíamos ir multiplicando os casos, sem fim... (Ibid. p. 124-125).

Assim, consciência da morte – em todas as suas formas de manifestações, como a dor, a injustiça... mas principalmente a finitude presente – desperta a pessoa religiosa à desejar o bem:

> A consciência da morte tem o poder de libertar e isto subverte as lealdades, valores e respeitos de que a ordem social depende. Colocando os sepulcros nas mãos dos deuses, a religião obriga a inimiga a se transformar em irmã... Livres para morrer, os homens estariam livres para viver (Ibid. p. 127).

Contudo, a consciência da morte e o questionamento decorrente dela, que responda às implicações do *mundo da vida*,[8] atribuindo-lhe sentido,

[6] Aparente secularização porque o esvaziamento das instituições religiosas é real, contudo, houve a fetichização do capital, que ocupa seu lugar. Mais à frente abordaremos a questão.

[7] Para lembrarmos Santo Agostinho.

[8] Concebo este conceito, com todas suas implicações, fenomenológicas que estamos tratando. Ou seja, é o mundo da vida, lebenswelt, nosso interesse principal aqui. Para além da fundamentação husserliana, partimos da interpretação de Emmanuel Lévinas, aluno de Husserl, que trata o mundo da vida como a dialética entre totalidade e infinito, título de sua obra mais completa para referências. Mais à frente veremos os desdobramentos desta concepção.

sobretudo, a partir da modernidade e no modo de produção capitalista, não são tão simples. Pois a *ideologia hegemônica*[9] presente no *inconsciente social*,[10] além de não ser facilmente identificável, afirma valores contrários à busca de qualquer sentido, sobretudo o da vida:

> Mas o sentido da vida não é um fato. Num mundo ainda sob o signo da morte, em que os valores mais altos são crucificados e a brutalidade triunfa, é ilusão proclamar a harmonia com o universo, como realidade presente. A experiência religiosa, assim, depende de um futuro. Ela se nutre de horizontes utópicos que os olhos não viram e que só podem ser contemplados pela magia da imaginação. Deus e o sentido da vida são ausências, realidades por que se anseia, dádivas da esperança. De fato, talvez seja esta a grande marca da religião: a esperança. E talvez possamos afirmar, com Ernest Bloch: "onde está a esperança ali também está a religião" (Ibid. p. 128).

Que fique claro que a opção por utilizar a obra de Rubem Alves para a definição do conceito de religião é justamente para não cair na armadilha, de definir de forma fechada, dogmática, um conceito indefinível, talvez até um não conceito, que precisa de auxílio da poética, para dizer sobre si. A relação de religião com a esperança, utopia, talvez seja a maior aproximação possível. Mas isso, para terminarmos esta seção, em termos *ônticos.*[11] Passemos agora para uma definição mais *ontológica* do conceito.

RELIGIÃO COMO SUPRAESTRUTURAL

Os conceitos marxistas *supraestrutural* e *infraestrutura* são parte do conceito de *totalidade social*, de Karl Marx. Este utiliza uma metáfora tópi-

[9] Que é a da classe hegemônica no poder, para lembrarmos-nos de Marx e de Althusser.

[10] Conceito de Erich Fromm, que diz basicamente, com o risco de banalizar toda a complexidade do conceito exposta na obra: *A descoberta do Inconsciente Social*, que é um conjunto de valores que são assumidos, reproduzidos e reafirmados socialmente, sem que as pessoas tenham ciência deles.

[11] Basicamente, a diferença entre os termos ônticos e ontológicos, é que o primeiro trata das coisas do citado *mundo da vida*, do cotidiano, dos fenômenos. Ontológico, trata da fundamentação, estruturação, do que está por trás da realidade ótica, perceptível com os sentidos. Para maior esclarecimento e aprofundamento desta questão, ler *Uma Introdução à Filosofia da Libertação Latino-americana de Enrique Dussel*, disponível em: http://hamatos.wordpress.com

ca[12] de um edifício para representar a sociedade.[13] A análise tópica – infraestrutural e supraestrutural – da religião faremos a partir da obra *Religión*, de Enrique Dussel. Trata-se do resultado de um curso intitulado *O Futuro da religião: Fim ou renascimento?* O qual protagonizou junto a Jurgen Habermas, Jurgen Moltmann, Johannes Metz, Rubem Alves, Gregory Baum e outros importantes pensadores de nosso tempo, em 1977, na Universidade de Dubrovnik, Iugoslávia socialista-revolucionária. Pode-se perguntar: não está desatualizada, portanto, a análise? E justamente pelo explicado anteriormente: estarmos tratando de conceitos ontológicos, estruturais, assim esta análise ainda corresponde à realidade das religiões atuais. Vejamos como se constituem as religiões em suas formas supraestrutural e infraestrutural.

É necessário, antes de iniciarmos a análise do conceito de religião como supraestrutural, anteciparmos um pouco da discussão que a engloba. Como concebem a religião Hegel, Fuerbach e Marx? Esta questão é essencial, mesmo que de forma introdutória, para sabermos seus desdobramentos. Isso porque há um equívoco histórico de movimentos progressistas, inclusive, de conceber toda religião como "ópio do povo". Esta é uma das causas que impediram, por exemplo, os movimentos marxistas terem maior aderência na América Latina, um povo essencialmente crente. Na visão de Dussel, Hegel diz a respeito da religião:

> ...a religião e o fundamento (Grundlage) do Estado são uma e a mesma coisa; são idênticas e para si (...) Considerar a conexão existente entre o Estado e a religião é tema que trata adequadamente a filosofia da história universal (DUSSEL, 1977 cita HEGEL, Vorlesungen ueber die Philosophie der Religion, I, C, III; Werke, Suhrkamp, Frankfurt, t. 16, 1969, p. 236 e 237).

A história universal é o processo de desenvolvimento do Espírito, é a justificação de Deus na História. Dussel cita Hegel[14] "tudo o que aconteceu e o que acontece todos os dias não só não tem lugar sem Deus, como é obra d'Ele (seiner selbst)". Ou seja, a partir da fé, os seres humanos entram em um processo de autoconsciência e, portanto, Deus também em um processo

[12] De lugar.

[13] Para melhor compreensão e ciência de alguns limites deste conceito, ler a supracitada obra de Althusser: *Ideologia e Aparelhos ideológicos de Estado*.

[14] Dussel cita Hegel, *Vorlesungen ueber die Philosophie der Geschichte*, t. 12, p. 540.

de saber de si mesmo, o Espírito, ao ensimesmar-se, *Zusammenchliessen* – tomar consciência de si – alcança a simplicidade da fé e o sentimento devotamente depositado pelos homens. Assim, a religião que para Hegel é a elevação da vida finita à vida infinita "... alcança na fé, sua perfeição é a representação crida como *ideia absoluta*; o culto, que se rende ao Espírito em e pelo ser humano, é a certeza – Gewissheit – de que essa representação da fé é a *verdade do absoluto*" (ibid. p. 203). Ou seja, o mundo ocidental, que se lançou ao exterior pelas cruzadas e pelas conquistas da América, África e Ásia, o mundo cristão europeu, é o mundo da consumação – vollendung – o fim da História, portador da certeza de que sua cultura é capaz de, por conta do avanço do Espírito em seu processo de autoconsciência, levar ao restante do mundo a *verdade do absoluto*. Como a filosofia de Hegel é uma filosofia de complexidade única e as verdades expressas por ela são, ainda hoje, muito perigosas, permita-me abusar das citações. Segundo Dussel, em filosofia política, por exemplo, isso significa que como: "... contra o querer absoluto (do Estado absoluto) o querer do espírito de outros povos particulares não têm direito, o povo em questão é o dominador do mundo – welbeherrschende" (DUSSEL, p. 18 cita HEGEL, Enzyklopaedie, p. 352-353). E o que mais nos importa vem agora: como a religião é o fundamento do Estado, o *Estado Imperial* com todo o seu aparato, por meio da guerra, são os missionários da civilização em todo o mundo (DUSSEL, p. 18 cita HEGEL, *Philosophie der Geschichte*, p. 538). Perceba que é a justificação de um imperialismo a partir da religião.

Por que é fundamental que, antes de falarmos de religião, tragamos à tona a noção do que se compreende por religião? A religião sempre terá desdobramentos políticos. Conscientes ou inconscientes. Não é tarefa de a filosofia desvelar, analisar esses desdobramentos, essas implicações? Agora, vejamos como Dussel mostra a interpretação de Fuerbach sobre a questão:

Concordando com Hegel, Fuerbach, sobre a religião, afirma ser esta a primeira consciência que o homem tem de si mesmo, que as relações morais são autênticas relações religiosas. Indo além de Hegel, compreende que o comer e o beber, e mais ainda, a própria fome e a sede, são atos religiosos. E criticando o filósofo do Espírito, anuncia que esse Deus e essa religião são na verdade negatividade humana invertida ao infinito, ou seja, que o homem atribui a Deus, em dimensão infinita, o que nega em si (DUSSEL

cita FUERBACH, *Das Wesen des Christenthums*, 2; Ed. Von Wilhelm Bolin, SW, Frommann, Stuttgart, 1960, t. VI, p. 33, 326, 334). Dussel completa as afirmações de Fuerbach, mostrando como limite histórico seu, a não afirmação de que esse homem no qual os europeus se referenciam para atribuir características a Deus é o homem europeu fetichizado.

Vejamos agora, antes de uma reflexão sobre essas afirmações, a contribuição que Dussel nos traz de Marx acerca da religião, neste campo da filosofia política. A principal questão é que a religião justifica interesses políticos, assim, para criticarmos interesses políticos, temos que criticar a religião:

> A miséria religiosa é, por uma parte, a expressão da miséria real e por outra, o protesto contra a miséria real (...) A abolição da religião enquanto felicidade ilusória do povo é necessária para sua felicidade real (...) De tal modo a crítica do céu se converte na crítica da terra, a crítica da religião em crítica do direito e a crítica da teologia na crítica da política (DUSSEL, p. 20, 1977 cita Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie, em K. Marx Fruehe Schriften. Ed. H.J. Lieber-P. Furth, Wissench. Buchgesell., Darmstadt, 1971, t. I, p. 488).

Apesar de a citação ser autoexplicativa, é necessário, penso, destacar que para a discussão presente, a questão da liberdade de consciência e liberdade de religião, que, como Marx diz, a crítica da religião converte-se em crítica do direito. Portanto, fica a questão: é possível analisar criticamente uma dessas dimensões, sem considerar a outra? Se lembrarmos da interpretação que Althusser nos traz da ideologia e os aparelhos ideológicos de Estado, logo nos daremos conta de que não é possível, pois ambas estão no campo supraestrutural das ideologias e refletem, em sua hegemonia, a ideologia da classe social que hegemonicamente ocupa o poder. Sigamos para a questão central da crítica político-econômica de Marx à religião, que gira em torno de seu conceito *fetichismo da mercadoria*.[15]

Para compreendermos a realidade, é necessário que tenhamos um reflexo da mesma. Por este motivo fazemos uma reflexão. Entretanto, o que estamos analisando aqui é que este tipo de religião apontada por Hegel, corroborada de certa forma e criticada por Fuerbach, é ideologia,

[15] DUSSEL, 1977, p. 20, cita MARX, Karl. Der Fetischcharakter der Ware, *Das Kapital*, I, I, 4; UlIstein, Frankfurt, 1969, t. I, p. 50 s.

ou seja, uma representação – falsificada – da realidade. Para Marx, ela só poderá – e deve – desaparecer para sempre quando as condições da vida diária, trabalhada, ativa, representarem para os homens relações claras e racionais entre si e respeito à natureza.[16] Um grande exemplo disso é o *fetiche da mercadoria*. Quando compra um produto, se o fetichiza, a pessoa não quer saber de onde veio, quanto a pessoa que o fez recebeu por aquilo, se provém de trabalho escravo, se houve desmatamento. Ainda que inconscientemente, como na religião, o *bem-estar* decorrido do culto não questiona a realidade que o espera, cinde o mundo em espiritual e concreto e anula o concreto, contemplando apenas o espiritual, fetichizando-se em sua dimensão espiritual.

Percebe a importância desta discussão para o nosso tema? Em Hegel encontramos grande parte da base teórica do cristianismo atual. Uma ideologia supraestrutural fetichista, que tem seu centro no culto do homem abstrato, sobretudo em sua modalidade burguesa, sob a forma deísta, protestante, etc.[17] Assim, Marx assume o conceito de religião de Hegel e é a este que nega. Entretanto, mostraremos com Dussel, mais à frente, que a religião como infraestrutura supera essa fetichização da dimensão espiritual-abstrata, que não é a única possibilidade de religião, portanto.

Parece ter ficado claro que a fetichização é a totalização, absolutização, divinização frente à finitude, como sua negação. Ou seja, a consideração de uma vida – ou duração – infinita é a fuga da realidade concreta que é finita. É o querer prolongar-se, como é o caso dos impérios. E a justificativa religiosa dos impérios – da Índia antiga, China, Maias, Astecas, Império Romano, Persa – é o último horizonte para a consagração do sistema. Os deuses bendizem o Estado. O Inca, o Faraônico, César, são deuses. Assim ocorreu com as cristandades bizantina, latina, germânica e latino-americana das Índias Ocidentais.

> Na modernidade o *ego-cogito* cartesiano é interpretado por Spinosa como "uma modalidade da única substância de Deus" em Hegel, o *cogito* absoluto é Deus como *Wissen* (...). A noção de religião como supraestrutural ideológica quer dar conta desta função de ocultamento da dominação que a religião pratica nestes casos (DUSSEL, 1977, p. 25).

[16] Ibid. p. 58.
[17] Ibid. p. 58.

Essa reflexão de denúncia do fetichismo quer desmistificar a construção a-histórica dos impérios e das religiões que pretendem ser eternas. A concepção dialética de História já prevê em si a finitude. Por este motivo nenhum sistema religioso, político ou de qualquer ordem pode ser eterno, absoluto, fetichizado. Os argumentos geralmente utilizados para des-historizar e desdialetizar a História são de ordem naturalista. Ou seja, identificar como natural determinados sistemas, que por serem humanos e a própria natureza humana ser de ordem dialética, não obtêm êxito em sua tentativa de eternização.

Entretanto, não estamos defendendo o outro extremo: o fetiche da matéria. Um vulgar ateísmo tem ganhado coro nas redes sociais e defendido esta posição que nada mais é que a mesma lógica absolutizada, em sentido contrário. Para esses, qualquer religião deve ser combatida e a matéria é o princípio necessário de tudo. Nega-se qualquer Deus, mas crê no panteísmo da totalidade material. A respeito disso, Dussel diz:

> A conclusão política do materialismo vulgar é a legitimação e justificação do Estado que exerça o poder em seu nome. Um Estado, como o pensa Stalin, que é o aparelho histórico da Matéria, fica consagrado e justificado na Matéria, que é suporte eterno, infinito, necessário. Tendo negado a religião burguesa (tal como a irreligião burguesa negou a religião feudal) se afirma agora, veladamente, um novo tipo de absolutização que ainda que tenha aparência anti-religiosa, cumpre na formação social concreta, a mesma função ideológica que as anteriores religiões supraestrutural (DUSSEL, 1977, p. 27).

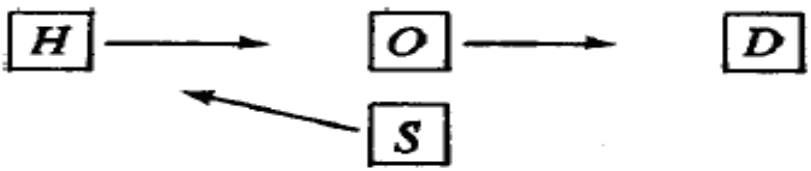
Dussel nos expõe, com detalhes, como Engels é adepto dessa "corrente", mostrando como está estruturado o seu *materialismo mitológico*. Percebamos que nos dias de hoje os cultos das igrejas estão se movendo nessa e noutra direção, ou seja, ou fetichizam a matéria – no caso das igrejas adeptas da prosperidade – ou das que fetichizam o espírito-abstrato, no caso, por exemplo, da renovação carismática católica e milhares de igrejas.

Em todas as religiões o culto é, sem sombra de dúvidas, o seu ápice. Nas religiões supraestruturais, o culto ocorre como legitimação, ou seja, legitima a presença de Deus – do sagrado – em seu meio, é o momento em que se rende adoração ao Absoluto, a certeza de que o sagrado manifesta-se

na História. Deixa os fiéis com a consciência tranquila de que estão fazendo seu papel, cumprindo seu dever perante Deus. Assim, tudo está em ordem. Perceba mais uma vez que aqui não há a evocação da realidade material. Na religião supraestrutural, o culto é apenas espiritual-abstrato. E neste sentido, com Marx, afirmamos que "a religião é o ópio do povo". Pois neste momento a religião legitima a sociedade como está, o *status-quo*, dando uma percepção falsa de coerência, harmonia social. E quem se levante contra o sistema, quem queira criticar as injustiças, a ilegitimidade, é banido da comunidade, concebido como endemoniado, ateu, acusado de ensinar falsos deuses. Desde Sócrates, passando por Jesus, até hoje. Neste momento do culto – ou missa, sessão, encontro, reunião – é o ápice da interiorização da ideologia da classe hegemônica. O Cristo bizantino, por exemplo, *pantokrator*, legitima os poderes do imperador. A divindade de César.

Enquanto neste processo as classes dominantes introjetam os valores de dominação, as classes dominadas, o contrário. Aceitar a dominação, postergando a realização para a vida após a morte, por exemplo, é o mecanismo mais utilizado no cristianismo. Outro bastante comum é doar sua riqueza para a construção do Reino de Deus e ser recompensado em dobro.

O povo, ou sujeito (S no esquema adiante) que é obrigado pelo sistema a situar-se em posição de impotente para produzir ou apropriar-se diretamente e por si mesmo dos bens materiais para a sua subsistência ou dos valores relevantes do sistema (O). Por este motivo, rende culto às potências, poderes, santos, ou heróis doadores do nível religioso (H), que são os que podem dar-lhe os bens desejados ou necessários. Perceba que o Sujeito ativo do culto é ao mesmo tempo o destinatário passivo da atividade milagrosa, sobrenatural (D). Para melhor representar, copiarei o esquema que Dussel utiliza para explicar esta relação:[18]



Eis a relação que Dussel faz disso com o complexo edípico freudiano:

[18] DUSSEL, 1977, p. 29.

> Assim como para Freud o filho (S) só pode ascender à mãe (O) pela mediação ilusória de ser o Pai (H), na passividade sublimada do reprimido (D), assim na religiosidade popular ou das classes dominadas como oprimidas reflete-se o modelo da dominação ideológica, formulado de tal maneira que seja aceitável para o que sofre a opressão.

Esta religiosidade opressora de muitas classes do Eurocentro, mas, sobretudo, da periferia, América Latina, África e Ásia, é a expressão da miséria real do povo dominado. Contudo, tende a desaparecer, pelo próprio desgaste da configuração social das classes sociais, ampliando-se para vítimas do sistema no capitalismo neoliberal atual. Assim se configura a religião enquanto supraestrutura. É muito comum ainda, nos centros de nossas cidades, na televisão brasileira... No Brasil, temos um fenômeno muito interessante de uma bancada evangélica no governo que defende interesses próprios e das empresas que as apoiam. Utilizam suas igrejas para arrebanhar votos, a custo de uma pregação comprometida com os interesses que defendem no governo. De forma semelhante, a "marcha da família com Deus, pela liberdade"[19] foi a maior prova de demonstração da religião supraestrutural que tivemos na história de nosso país, depois da invasão europeia. Foi uma cruzada.

Mas esta não é a única forma de religião. Ontologicamente, podemos explicitar outra, a religião infraestrutural.

RELIGIÃO COMO INFRAESTRUTURA

Se para mostrar a argumentação sobre a religião supraestrutural fomos a Hegel, Marx e Fuerbach, reconhecidos filósofos europeus, para expor a religião como infraestrutura, vamos ao antigo Israel. Hoje, poderíamos partir da América Latina para tratarmos de uma experiência de teologia libertadora ou de libertação. Mas justamente para sermos radicais, mostrarmos as raízes da questão, iremos até a tradição profética de Israel.

> Quando o Absoluto, o Outro por excelência, se dirigiu ao profeta interpelando-o: "Eu vi a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvi seu grito por causa dos seus opressores; pois eu conheço as suas angústias. Por isso desci a fim de libertá-lo da mão dos egípcios (...) vai pois e eu te enviarei ao Faraó, para fazer sair do Egito o meu povo, os israelitas" (Êxodo 3.7-8[20]).

[19] Movimentos semelhantes ocorreram na Argentina, Nicarágua, Uruguai e Chile.

20 Êxodo é o livro da Bíblia judaico-cristã que mostra a libertação e êxodo dos escravos do Egito. A Bíblia utilizada foi a Bíblia de Jerusalém, edição de 2002.

Percebe a diferença? Ao passo que a religião superestrutural reproduz e perpetua valores do escravizador, a religião como infraestrutura clama a libertação da escravidão. A justiça é clamada desde a alteridade absoluta e ordena a libertação. Os profetas pregam contra o modo de produção tributário "Porque vendem o justo por prata e o indigente por um par de sandálias. Eles esmagam sobre o pó da terra a cabeça dos fracos e tornam torto o caminho dos pobres..." (Amós 2.6,7). O *culto como práxis* é a doutrina dos profetas. Jesus, o profeta da Galileia, é seguidor desta tradição. Prega contra o Império Romano, pela bem-aventurança dos pobres, amaldiçoando os ricos:

> Felizes vós, os pobres, porque vosso é o Reino de Deus. Felizes vós, que agora tendes fome, porque serão saciados. Felizes vós, que agora chorais, porque haveis de rir (...) Ai de vós, ricos, porque já tendes a vossa consolação! Ai de vós, que agora estais saciados, porque tereis fome! Ai de vós, que agora rides, porque conhecereis o luto e as lágrimas! (Lucas 6.20-25).

Também muito contundente na pregação profética é o discípulo e familiar de Jesus, Tiago. Sua práxis é igualmente contra os ricos, a favor dos pobres:

> E agora, vós os que dizeis: "hoje ou amanhã iremos a tal cidade, passaremos ali um ano, negociando e obtendo bons lucros." E, no entanto, não sabeis nem mesmo o que será de vossa vida amanhã! (...) Ora, toda jactância desse gênero é má. Assim, aquele que sabe fazer o bem e não o faz, comete pecado... Pois bem, agora vós, ricos, chorai e gemei por causa das desgraças que estão para vos sobrevir. Vossa riqueza apodreceu e as vossas vestes estão comidas pelas traças. Vosso ouro e vossa prata estão enferrujados e a ferrugem testemunhará contra vós e devorará vossa carne (...) Lembrai-vos de que o salário, do qual privastes os trabalhadores que ceifaram os vossos campos, clama, e os gritos dos ceifeiros chegaram aos ouvidos do Senhor dos exércitos. Vivestes faustosamente na terra e vos regalastes; saciastes-vos no dia da matança.[21] Condenastes o justo e o pusestes à morte: ele não vos resiste (Tiago 4.13-17; 5.1-6).

[21] Alusão às violências com que os ricos oprimiam os pobres: (Salmos 44.23; Sabedoria 2.10-20; Jeremias 12.1-3; etc.).

É necessário ressaltar que o Império Romano oprimia a Galileia e grande parte do mundo. Os quatro Evangelhos são quatro relatos de como Jesus pregava nesse contexto, contra essa opressão. Seus discípulos posteriores continuaram a sua pregação, até serem mortos um a um. Poderíamos prolongar-nos neste tema, mas não é esta nossa intenção aqui. Poderíamos mostrar como Constantino utiliza o cristianismo, para derrotá-lo. De que forma a patrística iniciou as cristandades, etc. Mas agora, vamos pensar sobre a modernidade, momento em que a Europa inicia sua expansão mundial. Nesse período, há também grandes profetas: "Fez quatro anos que, para ajudar a acabar com esta terra, se descobriu uma boca do inferno pela qual entra a cada ano grande quantidade de pessoas, que a ganância dos espanhóis (europeus) sacrifica a seu deus, é uma mina de prata que se chama Potosí" (DUSSEL, 1977, p. 37 cita Carta de Domingo de Santo Tomás do 1º de julio de 1550, em Arquivo General de Indias [Sevilla], legajo Charcas 313). Nesse período, o novo Deus cultuado pela Europa capitalista nascente ao qual ofereceram o sangue de grande parte dos povos de toda a periferia (América Latina, África e Ásia) é o ouro. O maior profeta contra o colonialismo europeu foi Bartolomé de las Casas. Poderíamos alongar-nos também nesse período, mas não o faremos. Nossa intenção aqui é apenas apontar como a religião infraestrutural existe incondicionalmente contra os opressores, a favor dos oprimidos, por uma realidade de justiça. Poderia citar tantos outros exemplos, inclusive contemporâneos, mas para não nos alongarmos em demasia, veremos agora a importância crítica da religião como infraestrutura.

A religião infraestrutural não se situa no nível da instância ideológica, como a religião supraestrutural, tampouco se restringe à crítica anti-ideológica. Dussel diz que:

> A religião é posição, atitude e práxis (também poiesis). Tem por isso, um momento tecnológico-ideológico, outro prático-político e outro econômico-cultural, seria assim, a totalidade carnal humana em posição de antecipação criadora quanto ao sistema vigente (posição crítica ante o modo de produção e à formação social opressora) e futuro (modo de produção a organizar a formação social que virá), como mediação do culto ao Absoluto, ao Outro (DUSSEL, 1977, p. 47-48).

Aqui é essencial citarmos a influência de Emmanuel Lévinas. A anterioridade da responsabilização pelo rosto do outro a partir da positividade do Infinito precede qualquer contrato, pacto ou consentimento livre. Não nos esqueçamos de nosso tema principal aqui: liberdade de consciência e liberdade de religião. A alteridade precede a liberdade de consciência ou liberdade de religião. Esta é a questão central que quero propor. Continuemos.

A lei garante algumas liberdades e deveres. Mas anterior à lei, está o ser humano, em sua alteridade. A responsabilidade pelo outro, pela vítima do sistema, é anterior à lei. E a urgência de qualquer sociedade é a garantia da condição de possibilidade de seguimento da História. O não respeito à alteridade, portanto, é o *fim da História*. Por este motivo a religião deve ser, em seu primeiro momento, ateísmo do sistema vigente, a partir das vítimas do mesmo. Negar a divinização, ou fetichização do sistema vigente, que se impõe como único possível, como natural, ou como fatalidade é, ao mesmo tempo, afirmar o absoluto alterativo. Este ateísmo, necessário à religião, é para mostrar a contingência e possibilidade do cosmos, da natureza e, portanto, dos seres humanos e sua construção, de todos os sistemas de governo e modos de produção que possam existir. É possibilitar a consciência da finitude. Veja: esta deve ser uma das principais tarefas da religião, ao contrário do que faz a religião supraestrutural, que ajuda a alienar-se da finitude! A divindade é sempre outro, distinto do presente, do vigente. É por isso que a teoria da criação é condição de possibilidade teórica para as revoluções.[22]

O culto, na religião infraestrutural, é a práxis que oferece ao outro os produtos da *poiesis*, do trabalho:

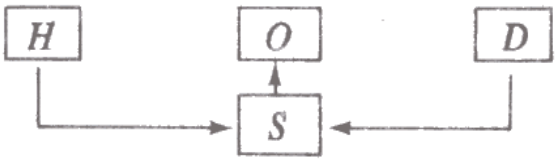
> O culto é práxis (relação pessoa-a-pessoa) manifestada pelo presente, pela oferenda (do homem à mulher, do pai ao filho, do irmão ao irmão, do homem a Deus) de algo, gratuitamente. O pão se dá ao faminto. Esse serviço antropológico, no sentido fuerbachiano, é ao mesmo tempo o culto ao Deus-Outro. Para os hebreus trabalhar (habodah) a terra era expressado pelo mesmo termo com o qual se indica o culto (habodah) a Yahveh no templo

[22] Para uma introdução à questão: O ATEÍSMO DE MARX E DOS PROFETAS: como negação de fetichismos e afirmação da alteridade, possibilitadoras de Revoluções (ou novidade política). Disponível em: http://hamatos.files.wordpress.com/2011/03/ateismo.pdf, último acesso: abril, 2013.

> (...) ajuda econômica ao pobre e serviço ao Absoluto. O Culto se cumpre na práxis da libertação dos irmãos: "Misericórdia desejo, não sacrifícios" (DUSSEL, 1977, p. 54).

O culto, portanto, na religião infraestrutural, é a práxis, é trabalho ao outro (vítima do sistema atual). O revolucionário religioso tem motivos mais profundos que o revolucionário não religioso, para a sua causa. E este, quando opta pela libertação ideológico-político-econômica do outro, rende culto ao Infinito. Testemunhar o Infinito na História não é expressá-lo como tema, como pregação. É expô-lo em sua pessoa, pela práxis: Eis-me aqui. E antes que surja a objeção ou a possibilidade dos genocídios ou suicídios em nome de Deus, o testemunho áltero legítimo é aquele que busca a vida, vida digna. "O suicídio não é culto, nem libertação; é satisfação pessoal, pequeno-burguesa, de ter ficado tranquilo com a própria consciência..." (DUSSEL, 1977, p. 56).

Em toda a história das religiões e não só da judaico-cristã, as referências são essenciais. Os *heróis do povo*, sempre existiram e não só na história das religiões, como na história política. Talvez por este motivo, hoje haja um discurso tão forte contra a construção dessas referências. Penso que seja interessante aqui compreendermos o por quê:



> O povo, sujeito da História agora (S), produz em seu seio o herói-doador (H); é o mesmo povo; o herói é um dos seus que fica santificado na ação (Moisés, por exemplo). O projeto a realizar a suas mediações (O) o alcança a mesma práxis do povo (...) o destinatário do objeto (D), que antes era passivo receptor, agora é idêntico ao povo em ação (S=D=H). Nos tempos de libertação o rito é símbolo, o culto religioso do povo se mescla, se inclui, alenta à práxis de libertação. "Deus conosco" (DUSSEL, 1977, p. 57).

Aqui, pode parecer uma apologia a um modelo de religião. Mas quero deixar claro que não é esta a intenção. Em tempos sombrios como o nosso, no que tange à religião, esta reflexão justifica-se pela seriedade. Uma vez que em nosso país (e em vários) a religião supraestrutural confunde-se como religião, apenas, é necessário diferenciarmos, pois nos rincões, longe da mídia – que apoia estas religiões pelos motivos expostos aqui – há diversas pessoas de diversas religiões, que compreenderam o sentido da religião infraestrutural e prestam serviço de libertação ao povo. Contudo, pelos mecanismos também expressos, é comum que ocorra uma identificação maior do povo com as religiões supraestruturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E para terminar esta breve reflexão, sem nos alongarmos ainda mais, cabe um caminho de resposta à questão central. Farei isso de forma ôntica. Hoje, como fica a liberdade de religião?

Como podemos perceber a partir dos dois modelos expostos de religião, é necessário rever a pergunta. Tanto a liberdade de consciência – da qual tratamos pouco – como a liberdade de religião, estão submetidas ao sistema vigente.

As religiões supraestruturais tratam de ideologicamente garantir que a cultura, economia e política burguesa sejam legitimadas, aceitas e desejadas pelo povo. E perceba que aqui temos uma complexidade, pois nem todas as lideranças da religião supraestrutural têm essa consciência e a grande parte dos fiéis, crentes, não a tem. Aqui é necessária uma questão decorrente: existe liberdade de religião, quando os objetivos desta religião, sua teologia, seu culto são – propositalmente – incompreensíveis a seus fiéis? Se os fiéis seguem a esta religião pelos mecanismos expostos, a saber, sobretudo o de identificação heroica, sem as condições mínimas de possibilidades de perceber o que está por trás dessas religiões? Não. Desta forma, sabendo que o Estado, pelo direito, não acabará com a religião supraestrutural, em nosso país, temos uma bancada evangélica que defende interesses do agronegócio, por exemplo, qual a opção que nos resta?

Uma das funções da religião infraestrutural, como apontamos, é esta: o ateísmo às ideologias que visam manter o *status-quo*. E assim, garantir as

mínimas condições de possibilidades da *liberdade de religião*. Mas isso não é tudo. As religiões infraestruturais devem ainda, formar e propiciar espaço para lideranças que assumam o compromisso com o outro, prestando serviço de libertação não só ideológica (cultural), mas também política e econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideología y aparatos ideológicos de Estado**. 9. ed. Buenos Aires, 1996.

ALVES, Rubem. **O que é religião**. 14. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

DUSSEL, Enrique. **Religión**. México: Edicol, 1977.